

Crítica e apoio no Congresso

AGÊNCIA ESTADO

Embora nenhum líder partidário tivesse até o final da tarde de ontem conhecimento integral do "pacote" fiscal do governo, as bancadas começaram a se articular com vistas a adotar uma posição para a votação da matéria, e houve consenso apenas em torno de uma queixa: o governo demorou a preparar o "pacote" e quer apressar uma decisão do Congresso.

A tramitação do "pacote" na Câmara e no Senado não será fácil porque o PDS resolveu, em uma reunião realizada pela manhã, votar contra a matéria, e já incumbiu o senador Roberto Campos de preparar um documento exibindo as posições do partido a respeito do "pacote".

O líder do PDS na Câmara, deputado Prisco Viana, anunciou que seu partido vai obstruir a votação, e até mesmo o deputado Amaral Neto, que comanda uma ala pedessista que contesta a liderança, também tem o mesmo objetivo. Amaral foi mais longe, prometendo obstruir todas as votações previstas até o encerramento da sessão legislativa, em 5 de dezembro, caso Prisco Viana demonstre interesse por uma única matéria do interesse do governo.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, disse que passava por "um drama pessoal" por considerar o "pacote" "bom e justo". Mas fez um reparo: a devolução do Imposto de Renda do exercício passado em três anos é injusta, pois muita gente já contava com o dinheiro. Por isso, revolveu que tentará negociar este aspecto: "Mas não vamos obstruir. Se o pacote não sair, o governo emitirá mais dinheiro o lançará mão de ORTN, o que acelerará a inflação em prejuízo dos assalariados".

O líder do PDT, deputado Nadyr Rosseti, protestou contra a atitude do governo de empurrar o "pacote" pela goela do Congresso: "Sem dúvida, o



Arquivo

Prisco Viana afirma que o PDS vai obstruir a votação

'pacote' é a matéria mais importante da Nova República e não pode ser apreciada tão rapidamente". Além disso, informou que o PDT vai examinar com cuidado o "pacote" para firmar sua posição.

O PT não tem posição firmada. O líder do PCB, deputado Roberto Freire, entende que a proposta de desestatização precisa ser melhor estudada, quanto ao restante, afirmou não ter reparos a fazer. E o líder do PC DO B, deputado Haroldo Lima, disse que, em princípio, simpatizava com o "pacote", pela filosofia de tirar dos ricos para dar aos pobres.

OTIMISMO

Tomado pelo otimismo que marcou o anúncio das medidas econômicas, o líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, comunicou pessoalmente ao presidente

Sarney, em conversa no salão de despachos, que o Congresso Nacional já reúne "boa vontade" suficiente para aprovação do "pacote" ainda hoje.

Pimenta da Veiga disse que nenhum partido político pode contrapor-se às medidas econômicas, pois estas visam principalmente à camada pobre da população, de onde sai a quase totalidade dos votos que elegem os parlamentares. O presidente Sarney deixou a conversa muito entusiasmado, e ao passar por alguns jornalistas comentou: "Acho que dá para passar".

Para o líder do governo, as medidas econômicas não procuram privilegiar "este ou aquele grupo", o que as tornam extremamente simpáticas perante a opinião pública. E é deste segmento que, conforme expressou, espera obter um movimento de pressão para que a tramitação dos proje-

tos no Congresso obedeça ao apelo de urgência do presidente da República.

A solenidade para anunciar as medidas, no gabinete do presidente, reuniu ministros das áreas econômica, social e institucional. Alguns com data marcada para deixar o governo, como era o caso de Fernando Lyra, da Justiça, que deverá desincompatibilizar-se em fevereiro, e outros cotados para novos cargos, como o ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior, tido como futuro chefe da Secretaria do Planejamento. Ele criticou a excessiva presença do Estado na economia.

O ministro Fernando Lyra, considerou "um feito extraordinário" do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, aumentar a arrecadação sem ampliar os impostos de pessoas físicas. Prevendo críticas, Lyra afirmou que "longe de ser um projeto paternalista, o programa de alimentação escolar é parte fundamental do anseio da população que vive na miséria". Ele também foi otimista quanto à aprovação do pacote antes de 5 de dezembro, quando encerra o período legislativo.

A opinião sobre o "pacote", dada pelo ministro da Educação, Marco Maciel, também foi voltada para o aspecto social, ele lembrou que o Brasil detém ainda a trágica estimativa de 8 milhões de crianças sem condições de ir à escola. "A sociedade" — frisou o ministro — "deseja que o cidadão seja mais importante do que o Estado".

CAUTELA

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, não quis tecer maiores comentários sobre o "pacote" fiscal, especialmente sobre as alterações no sistema de devolução do Imposto de Renda. Ele apenas afirmou, ontem em Florianópolis, que "vamos primeiro tomar conhecimento do inteiro teor do pacote, para depois fazermos uma análise. O pacote não pode ser analisado por uma ou outra medida isolada, mas sim pelo conjunto de medidas. Claro que isolado ele ganha em algum lugar e perde noutro. Prefiro, por enquanto, não emitir nenhuma opinião". O ministro esteve em Florianópolis participando de um debate com os empresários.